10 — O estágio tem a duração de um ano e obedece:

a) Ao preceituado no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, conjugado com a alínea c) do n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, se o concorrente admitido não estiver integrado nos quadros da Administração Pública;

b) Ao preconizado no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, conjugado com o n.º 1 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, se o concorrente admitido já possuir nomeação definitiva.

11 — Formalização de candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento modelo-tipo, a fornecer pela Secção de Gestão de Recursos Humanos, ou requerimento elaborado pelo candidato onde conste, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, a situação em que se encontra, relativamente a cada requisito previsto no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e constantes no n.º 2 do presente aviso. O requerimento é dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Benavente, Praça do Município, 2130 Benavente, podendo o mesmo, bem como os documentos que o devam acompanhar, ser entregues pessoalmente na Secção de Gestão de Recursos Humanos ou remetidos pelo correio, com aviso de recepção, expedidos até ao termo do prazo fixado.

11.1 — Juntamente com os requerimentos os candidatos deverão apresentar:

a) Documentos comprovativos dos requisitos constantes do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e constantes no n.º 2.1 do presente aviso, os quais são dispensados para admissão a concurso, com excepção do exigido na alínea c) do n.º 2.1 do presente aviso, se o candidato declarar, no próprio requerimento, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontra, relativamente a cada requisito aí previsto;

b) Documento comprovativo das habilitações literárias;

c) Documento comprovativo da inscrição na Ordem dos Médicos Veterinários;

d) Fotocópia do bilhete de identidade;

e) Documentos comprovativos dos elementos que os candidatos considerem relevantes para apreciação do seu mérito ou de constituírem motivo de preferência legal, os quais só serão considerados se devidamente comprovados.

12 — Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, os candidatos com grau de incapacidade ou deficiência igual ou superior a 60 % têm preferência, em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

12.1 — Para efeitos de admissão a concurso, os candidatos abrangidos pelo n.º 12 do presente aviso, devem declarar, no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respectivo grau de incapacidade e tipo de deficiência, assim como indicar no requerimento de admissão as respectivas capacidades de comunicação, expressão.

É dispensada a apresentação imediata de documento comprovativo dessa mesma deficiência.

13 — A relação dos candidatos admitidos prevista no n.º 2 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, será afixada no edifício dos Paços do Município.

14 — Os candidatos excluídos serão notificados, nos termos do artigo 34.º do mesmo diploma legal.

15 — Os candidatos admitidos serão notificados do dia e hora da realização dos métodos de selecção, nos termos do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

16 — A lista de classificação final será notificada aos candidatos, nos termos do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

22 de Agosto de 2006. — O Presidente da Câmara, *António José Ganhão*.
1000305201

CÂMARA MUNICIPAL DE CELORICO DA BEIRA

Aviso n.º 71/2006

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 22 de Agosto de 2006, no uso da competência que me confere a alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi concedida licença sem vencimento de longa duração, ao abrigo

da alínea c) do n.º 1 do artigo 73.º, conjugado com o artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 169/2006, de 17 de Agosto, com efeitos a partir do dia 10 de Setembro de 2006, ao funcionário do quadro privativo desta autarquia, Nuno Jorge Ferreira da Cruz, com a categoria de pintor.

24 de Agosto de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Francisco Gomes Monteiro*.
1000305178

Aviso n.º 72/2006

Para os devidos efeitos, torno público que, por meu despacho de 16 de Agosto de 2006, nos termos do disposto no artigo 139.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, renovei, por mais um ano, o contrato a termo certo resolutivo, celebrado anteriormente com Nuno Filipe Fonseca Almeida, com a categoria de assistente administrativo.

28 de Agosto de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Francisco Gomes Monteiro*.
1000305180

Aviso n.º 73/2006

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 29 de Agosto de 2006, no uso da competência que me confere a alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi concedida licença sem vencimento por 90 dias, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 73.º, conjugado com o artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 169/2006, de 17 de Agosto, com efeitos a partir do dia 1 de Setembro de 2006, ao funcionário do quadro privativo desta autarquia, Constantina Maria Marques Costa, com a categoria de assistente de acção educativa.

29 de Agosto de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Francisco Gomes Monteiro*.
1000305179

CÂMARA MUNICIPAL DO FUNDÃO

Aviso

Concurso externo de ingresso para admissão de estagiários, para provimento de lugares na categoria de técnico de 2.ª classe, da carreira de técnico, do grupo de pessoal técnico.

1 — Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho datado 20 de Junho de 2006 e nos termos do disposto nos artigos 27.º e 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, 3.ª série, o seguinte concurso:

a) Concurso externo de ingresso para admissão de estagiários, para provimento de dois lugares da categoria de técnico de 2.ª classe, da carreira de técnico, do grupo de pessoal técnico, para exercerem funções na Divisão de Cultura e Educação e na Divisão Financeira.

2 — A remuneração corresponderá, no ano do estágio, ao escalão 1, índice 222, cujo valor é 714,66 euros. Após o provimento corresponderá ao escalão 1, índice 295, da respectiva categoria, conforme anexo II do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

3 — O presente concurso rege-se pela legislação aplicável, designadamente pelos Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, 238/99, de 25 de Junho, 404-A/98, de 18 de Dezembro, 412-A/98, de 30 de Dezembro, 265/88, de 28 de Julho, 427/89, de 7 de Dezembro, 409/91, de 17 de Outubro, e 247/91, de 10 de Julho.

4 — O concurso é válido apenas para as vagas postas a concurso e caduca com o seu preenchimento.

5 — Local de trabalho — município do Fundão.

6 — Conteúdo funcional:

a) Técnico de 2.ª classe (Divisão de Cultura e Educação) — exercer as funções de apoio na planificação, elaboração, organização de acções de comunicação a estabelecer, aperfeiçoamento no conhecimento mútuo entre entidades ou grupos e o público com que estes estejam directa ou indirectamente relacionados, nomeadamente na promoção e divulgação das marcas e produtos do concelho;

b) Técnico de 2.ª classe (Divisão Financeira) — conteúdo funcional definido no Despacho n.º 10 688/99, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 31 de Maio de 1999.

7 — Estágio — a frequência do estágio é efectuada de acordo com o disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, tem carácter probatório e a duração de um ano.

7.1 — A avaliação final do estágio será feita com base:

- a) No relatório de estágio a apresentar pelo estagiário no prazo de 30 dias, após o seu termo;
- b) Na classificação de serviço obtida durante aquele período;
- c) Na avaliação de cursos de formação que eventualmente venham a ter lugar.

7.2 — A classificação final do estágio traduzir-se-á na escala de 0 a 20 valores e resultará da média aritmética simples das classificações obtidas em cada uma das operações referidas no número anterior.

7.3 — Os candidatos admitidos a estágio serão providos, a título definitivo, em lugar da categoria de técnico de 2.ª classe, desde que obtenham classificação final de estágio não inferior a *Bom* (14 valores), passando a ter direito à remuneração estabelecida para o escalão I da referida categoria.

8 — Requisitos gerais e especiais de admissão:

8.1 — Requisitos gerais de admissão — a este concurso poderão candidatar-se todos os indivíduos vinculados ou não à função pública, que satisfaçam, cumulativamente, os requisitos constantes no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

8.2 — Requisitos especiais de admissão:

- a) Técnico de 2.ª classe (Divisão de Cultura e Educação) — curso superior que não confira o grau de licenciatura — relações públicas;
- b) Técnico de 2.ª classe (Divisão Financeira) — curso superior que não confira o grau de licenciatura — contabilidade e administração.

9 — Formalização das candidaturas:

As candidaturas deverão ser formalizadas, sob pena de exclusão, mediante requerimento (modelo II/SRH/DARH, facultado pela Secção do Município da Autarquia), dirigido ao presidente da Câmara Municipal do Fundão, Praça do Município, 6230-338 Fundão, assinado pelo candidato, e dele devem constar, para além dos elementos mencionados, quaisquer outros elementos que o candidato considere passíveis de influírem na apreciação do seu mérito ou de constituírem motivo de preferência legal.

As candidaturas deverão ser entregues pessoalmente nesta autarquia ou remetidas pelo correio, registadas e com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas, para a Câmara Municipal do Fundão, Praça do Município, 6230-338 Fundão. Consideram-se entregues dentro do prazo legal os requerimentos expedidos até ao termo do prazo fixado para a sua apresentação.

9.1 — É dispensada a apresentação da documentação respeitante aos requisitos a que se refere o n.º 8.1, desde que os candidatos declarem no requerimento, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontram, relativamente a cada um desses requisitos gerais.

9.2 — Sob pena de exclusão, os requerimentos de admissão serão, obrigatoriamente, acompanhados dos seguintes documentos:

- a) Fotocópia do bilhete de identidade;
- b) Fotocópia do certificado de habilitações;
- c) *Curriculum vitae* actualizado, devidamente datado e assinado pelo requerente.

10 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

10.1 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato a apresentação de documentos comprovativos de factos por eles referidos que possam relevar para a apreciação do seu mérito.

11 — Natureza das provas e métodos de selecção (todos valorizados de 0 a 20 valores):

- a) Prova teórica escrita de conhecimentos específicos;
- b) Entrevista profissional de selecção;
- c) Avaliação curricular.

11.1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 19.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, a prova teóri-

ca escrita de conhecimentos específicos terá carácter eliminatório, a duração de duas horas e versará sobre a seguinte legislação (com consulta):

- a) Constituição da República Portuguesa;
- b) Código do Procedimento Administrativo;
- c) Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;
- d) Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, alterado pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, e Decretos-Leis n.ºs 70-A/2000, de 5 de Maio, e 157/2001, de 11 de Maio;
- e) Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro;
- f) Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho;
- g) Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua actual redacção.

11.2 — A entrevista profissional de selecção visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos, ponderados os seguintes factores: relacionamento interpessoal, em que se avaliará o poder de comunicação e reacção às situações colocadas, cultura geral, pela abordagem de temas da actualidade, capacidades intelectuais, em que se analisará e ponderará a sequência lógica do raciocínio e a fluência e riqueza de expressão verbal dos candidatos, e motivação profissional, em que se correlacionarão as motivações dos candidatos face ao conteúdo e exigências da carreira e categoria em que se inserirão.

11.3 — A avaliação curricular será efectuada mediante a valoração das habilitações literárias, da formação profissional e da experiência profissional específica com a aplicação da seguinte fórmula:

$$AC = \frac{HL + FP + EPE}{3}$$

em que:

- AC = avaliação curricular.
- HL = habilitações literárias.
- FP = formação profissional.
- EPE = experiência profissional específica.

A ordenação final dos candidatos, pela aplicação dos referidos métodos de selecção, será expressa de 0 a 20 valores e efectuada de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = \frac{PTCE + EPS + AC}{3}$$

em que:

- CF = classificação final.
- PTCE = prova teórica de conhecimentos específicos.
- EPS = entrevista profissional de selecção.
- AC = avaliação curricular.

12 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos interessados, sempre que solicitadas.

13 — A publicação das listas será feita da harmonia com os artigos 33.º, 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

14 — Composição do júri — o júri do presente concurso, que é simultaneamente o júri do estágio, terá a seguinte composição:

Presidente — Brás Joaquim Baptista Barata, director do Departamento de Obras Municipais.
Vogais efectivos:

Maria Isabel Carvalho Campos, chefe da Divisão Financeira, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos, e Ricardo Miguel Dias Alves, chefe da Divisão de Obras de Empreitada.

Vogais suplentes:

Paula de Lemos Pires, técnica superior de 1.ª classe, e José Joaquim Martins da Conceição, director do Departamento de Urbanismo.

15 — As relações de admissão de candidaturas e as listas de classificação final serão publicitadas de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, com a adaptação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, sendo afixadas no placard existente no 2.º piso da Câmara Municipal do Fundão — Divisão

Administrativa e de Recursos Humanos, podendo o processo ser consultado, durante as horas normais de expediente, na Secção de Recursos Humanos da mesma autarquia.

16 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, no acesso ao emprego e na sua progressão profissional, providenciando, escrupulosamente, no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

17 — Ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, o candidato com deficiência tem preferência, em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

20 de Junho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Manuel Joaquim Barata Frexes*. 1000305205

CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Aviso

Nomeação

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do vereador com competências delegadas datado de 26 de Julho de 2006, e na sequência de concurso externo de ingresso para dois lugares de cantoneiro de limpeza, publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 148, de 25 de Junho de 2004, foi nomeado, provisoriamente, nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, o candidato classificado em 2.º lugar: Joaquim Ferreira da Silva — cantoneiro de limpeza.

A lista de classificação final, devidamente homologada, foi afixada no Sector de Pessoal em 5 de Abril de 2005.

Mais se torna público que a esta nomeação foi declarada a urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2006.

(Isento de visto do Tribunal de Contas, nos termos do disposto no artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

1 de Agosto de 2006. — A Vereadora Permanente (com competências delegadas), *Ana Maria Mendes Oliveira*. 1000305203

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA (ALGARVE)

Aviso

Dr. José Inácio Marques Eduardo, presidente da Câmara Municipal de Lagoa (Algarve), faz saber que, para cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e em conformidade com a deliberação tomada em reunião camarária realizada no dia 16 de Agosto de 2006, irá decorrer o período de discussão pública relativo à operação de loteamento a levar a efeito em Corgos, freguesia de Parchal, concelho de Lagoa, a favor de Ar do Algarve — Imobiliária, L.ª, de acordo com competente proposta anexa ao processo.

O período de discussão pública terá início no 8.º dia a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República* e decorrerá pelo período de 15 dias.

Os interessados poderão consultar a proposta de projecto de loteamento, na Secção de Obras e Urbanismo desta Câmara Municipal, durante o horário normal de expediente.

As observações, reclamações ou sugestões a apresentar deverão ser dirigidas ao presidente da Câmara Municipal de Lagoa, formuladas por escrito e apresentadas na Secção de Obras e Urbanismo desta Câmara Municipal.

16 de Agosto de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Inácio Marques Eduardo*. 1000305191

CÂMARA MUNICIPAL DAS LAJES DAS FLORES

Aviso

Nomeação

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 4 de Agosto de 2006, nos termos do disposto na alínea *a*) do artigo 68.º

da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi nomeado Bruno Filipe Freitas Belo para um lugar de técnico superior de 2.ª classe, na área de gestão, cujo concurso foi aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 8, de 11 de Janeiro de 2006.

O candidato deverá apresentar-se a aceitar o lugar nos 20 dias imediatos ao da publicação deste aviso no *Diário da República*.

7 de Agosto de 2006. — O Presidente da Câmara, *João António Vieira Lourenço*. 1000304751

Aviso

Nomeação

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 4 de Agosto de 2006, nos termos do disposto na alínea *a*) do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi nomeado José Orlando Raimundo Vieira para um lugar de pedreiro, cujo concurso foi aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 8, de 11 de Janeiro de 2006.

O candidato deverá apresentar-se a aceitar o lugar nos 20 dias imediatos ao da publicação deste aviso no *Diário da República*.

7 de Agosto de 2006. — O Presidente da Câmara, *João António Vieira Lourenço*. 1000304750

CÂMARA MUNICIPAL DE MACHICO

Edital n.º 51/2006

Emanuel Sabino Vieira Gomes, presidente da Câmara Municipal de Machico, torna público, para os devidos efeitos, que a Assembleia Municipal de Machico, em sessão ordinária realizada no dia 30 de Junho de 2006, aprovou, sob proposta da Câmara Municipal, em reunião ordinária de 26 de Abril de 2006, a Tabela de Taxas de Utilização do Material de Socorro e Equipamento e Serviços Prestados a Particulares pelos Bombeiros Municipais de Machico, que consta do anexo ao presente edital, entrando em vigor 15 dias após a sua publicação na 2.ª série do *Diário da República*.

10 de Julho de 2006. — Pelo Presidente da Câmara, (*Assinatura ilegível*.)

Alteração da Tabela de Taxas de Utilização do Material de Socorro e Equipamento e Serviços Prestados a Particulares pelos Bombeiros Municipais de Machico.

Considerando que a tabela de taxas em vigor para o concelho de Machico data de 1995 e fixa algumas taxas dos serviços prestados pelo Corpo Municipal de Bombeiros;

Considerando que alguns dos preços aí fixados não correspondem ao custo efectivamente suportado pela autarquia para prestação dos serviços;

Considerando que, na generalidade, o equipamento usado para a prestação desses serviços é de valor elevado e que o preço deve reflectir os seus custos de funcionamento, manutenção e amortização;

Assim, nos termos do artigo 214.º da Constituição da República Portuguesa e de acordo com a Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, com os artigos 53, n.º 2, alínea *e*), e 64.º, n.º 6, alínea *a*), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal de Machico propõe à Assembleia Municipal a aprovação da seguinte Tabela de Taxas pela Utilização do Material de Socorro e Equipamento e Serviços Prestados a Particulares pelos Bombeiros Municipais de Machico:

Taxas

Artigo 1.º

Serviço de socorro em ambulância

1.1 — Ambulância tipo A, por quilómetro ou fracção — 2,20 euros.
1.2 — Ambulância tipo A, em prevenção, por hora ou fracção — 63,25 euros.

1.3 — Ambulância tipo B, por quilómetro ou fracção — 3,50 euros.
1.4 — Ambulância tipo B, em prevenção, por hora ou fracção — 100,62 euros.